

22/11/2022 11:22 - Bloqueio de rodovias: PGR articula com ministro da Justiça reforço para liberação de rodovias em Rondônia e outros estados

O procurador-geral da República, Augusto Aras, oficiará o governador do Estado de Mato Grosso, Mauro Mendes, para que, dentro de sua autonomia constitucional, possa requerer o apoio da Força Nacional para o desbloqueio de rodovias que cortam o Estado. A informação foi confirmada por Aras no fim da manhã desta segunda-feira (21), após reunião da Comissão Permanente de Atuação Coordenada para a Prevenção e Resolução de Crises e Conflitos (Cpac), em Brasília. No encontro, que durou cerca de duas horas, os integrantes da comissão ouviram relatos de procuradores da República que atuam no caso nos estados do Pará, Paraná e Rondônia e de Mato Grosso, onde os registros de interdições cresceram nos últimos dias, inclusive com episódios de violência.

Ainda na manhã de hoje, o PGR contactou o ministro da Justiça, Anderson Torres, a quem repassou os relatos apresentados pelos procuradores, destacando a situação de Mato Grosso. “O ministro nos assegurou que, mais uma vez, vai instar o governador do estado pra que solicite apoio da Força Nacional que está disponível para ajudar a desobstruir as rodovias”, pontou. A avaliação de representantes do Ministério Público Federal é a de que, neste momento, o efetivo das demais forças (Polícia Federal, Rodoviária Federal e Militar) não seria suficiente para atender todas as demandas no estado.

Em relação a Rondônia, a informação apresentada na reunião é que ainda existem alguns pontos isolados de manifestações. A diferença é que, nesse caso, o pedido de apoio da Força Nacional já foi apresentado e atendido pelo ministério. “Em contato há pouco, com o ministro, ele nos informou que vai mandar reforçar imediatamente o contingente em Rondônia”, frisou.

Nos demais estados, os relatos são de bloqueios eventuais com a desobstrução em poucas horas pelas forças policiais locais. “A nossa reunião centrou na avaliação dos casos mais graves e nas de soluções já adotadas. Por isso, fica a população ciente de que o Ministério Público Federal continua cuidando para a preservação da ordem jurídica, do ambiente democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, completou Aras que, desde o início dos protestos tem articulado a adoção de providências para garantir que não haja prejuízos para a população.

Fonte: PGR